

Contribuição ao debate em torno das eleições para os diretórios acadêmicos

(10/06).

As eleições para os diretórios acadêmicos - como quaisquer eleições no Brasil, pela traição autoritária em nossa sociedade - configuram um momento privilegiado para a prática da política, pelo clima de discussão sobre os problemas que enfrentamos no dia-a-dia, quer na condição de estudantes interessados em "viver" a universidade com a maior intensidade possível, a fim de obtermos uma formação técnico-profissional minimamente adequada às nossas necessidades e às necessidades do país e do seu povo; quer na condição de cidadãos que somos e das consequentes responsabilidades que temos na condução dos destinos de nossa pátria.

No entanto, por alguns fatores que procuraremos identificar, as potencialidades democráticas da participação massiva dos estudantes nossas discussões não encontram os meios suficientes para que se concretizem. Ou seja, permanecem potencialidades e não se tornam ainda realidade.

Verificamos que os principais obstáculos à participação massiva situam-se no plano orgânico do movimento estudantil, mas suas entidades de representação. Carecem ainda, de um tipo de organização que tenha a sala de aula como seu fundamento: os conselhos de representantes de turma, por curso, que reúnam sistematicamente e discutam os problemas do curso, da UFRN, do sistema educacional e as questões mais importantes da sociedade brasileira, numa perspectiva da organização autônoma dos cursos através dos Centros Acadêmicos.

Como resultado, as entidades estudantis não têm criado as condições objetivas e subjetivas à participação, pois não desenvolvem atividades permanentes nas áreas cultural, sócio-esportiva e científica, resultando no isolamento e alheamento da vida das entidades em relação ao cotidiano dos estudantes. Isto compromete seriamente a representatividade das nossas entidades, das lutas e, conseqüentemente, das resoluções adotadas e das lutas a serem travadas em nome e pelo estudantes. Não podemos admitir que nossas entidades corram o risco de descrédito, servindo de estímulo à formação de entidades paralelas.

Por isso torna-se imperativo a valorização dos trabalhos cultural, sócio esportivo e científico - através de shows, grupos musicais e teatrais, publicações, exposições, festivais, concursos literários, mostras de cinema, torneios, festas, seminários, cursos de extensão, publicação de trabalhos dos alunos, formação de comissões e grupos de estudo sobre problemas da juventude e da sociedade, etc - , se quisermos edificar entidades de massa e, por conseguinte, plenamente representativas. Pois a prática tem demonstrado sua importância para a política de finanças, sua enorme capacidade de aglutinação, seu papel na elevação do nível de consciência dos estudantes, além de serem formas concretas de participação.

Outra realidade consiste na ausência de um trabalho permanente de imprensa e divulgação, cuja existência é decisiva para a propaganda da profunda crise que atinge as estruturas da universidade brasileira, para a ampliação da luta contra a política educacional do governo: contra o projeto Ludwig, por mais verbas para a educação (12% do orçamento nacional), pela democratização do ensino e da universidade e pelo ensino público e gratuito para todos, além de divulgar as lutas específicas à UFRN como retaurante, residências, bolsas de trabalho, monitoria, biblioteca, laboratórios, etc. Esse trabalho é também fundamental para propagandear a luta do povo brasileiro pelo fim do regime totalitário, autoritário e antipopular, pela conquista de um regime que garanta as mais amplas liberdades democráticas e que proporcione a melhoria das condições gerais de vida e de trabalho para as grande smassa trabalhadora através do processo de avanços democráticos (revogação da LSN e o restante da legislação arbitrária, liberdade e autonomia sindical, direito de greve, liberdade de organização partidária etc) que culmine e tenha como coroamento a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita soberana - e que abra caminho para a consolidação e aprofundamento da democracia, incorporando as grandes massas populares à vida política, criando assim as condições indispensáveis à realização das profundas transformações econômicas sociais e políticas exigidas pela história, livrando o país da dominação estrangeira e dos designios dos monopólios e conseqüentemente da miséria e do atraso cultural do nosso povo.

Aqui, gostaríamos de dissipar algumas incompreensões quanto às relações entre as lutas estudantis e a constituinte. Entendemos que, ao contrário do que alguns dizem, a constituinte é uma bandeira a ser encampada pelos estudantes - e igualmente pelos demais setores populares - pois representa uma alternativa concreta de tornarmos leis constitucionais nossas reivindicações como 12% do orçamento nacional para a educação, democratização da universidade e do ensino, ensino público e gratuito, obrigatoriedade da assistência ao estudante (restaurante, residências, creches, atendimento médico-odontológico, etc) e outras reivindicações. Portanto, os estudantes têm interesse objetivo na luta pela constituinte.

Quanto à avaliação do movimento estudantil, analisamos que houve crescimento, expresso na criação de Centros Acadêmicos, mobilizações significativas no início do semestre, perspectiva da Pró-UEE/RN, além da reconstrução em outros Estados das UEE's DCE's e entidades de base. Porém, esse crescimento não tem sido linear e sim contraditório. No agravamento da crise educacional, que requer respostas cada vez mais vigorosas dos estudantes através de suas entidades, mantêm-se as entidades sem conseguirem se afirmar como entidade de massa. A resultante deste quadro problemático é o crescimento do movimento estudantil. Para derrotarmos a política pós-64, necessitamos de um vigoroso movimento de massa dos estudantes articulados com o movimento democrático geral. Numa palavra, para salvarmos a universidade brasileira da falência precisamos nos confrontar com o MEC, e no entanto ainda não dispomos de condições para isto. Para sairmos desse impasse não basta a agitação pura e simples, é necessário construir as entidades de massa e assim forjarmos um movimento de massa que permita partirmos para o confronto em condições de vitória.

Finalmente, temos observado com preocupação o problema das lideranças no movimento. Há algum tempo tem persistido a imaturidade política das lideranças que, ao não encarar com naturalidade as divergências de opinião, descambam para as desavenças pessoais, criando um clima pouco propício nas entidades para o encaminhamento das reivindicações e campanha estudantis. Esse divisionismo e sectarismo necessita ser estirpado urgentemente. Não podemos admitir a partidização das entidades e do movimento e, portanto, não concordamos que sejam as várias concepções de frente e estratégia política o elemento fundamental na definição das chapas e programas. Estes devem basear-se nas lutas estudantis e nas lutas democráticas concretas já definidas pelas forças sociais e políticas interessadas na democracia. Portanto, neste momento de renovação das lideranças a frente das entidades de base, solicitamos de todos que participem amplamente das discussões nos diretórios e centros acadêmicos, esforçando-se para ampliar a participação estudantil e fazemos votos que as novas lideranças sejam constituídas pelos estudantes com representatividade reconhecida, com vivência no movimento e com maturidade para compreender a articulação entre as lutas específicas e as lutas políticas gerais.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES